



Fundação Catarinense de Educação Especial
Governo do Estado de Santa Catarina

PROCESSO SELETIVO

Edital 003/2023

Abre inscrições e define normas do Processo Seletivo para admissão de funções em caráter temporário para atuarem na Educação Especial da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE.

O Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, no uso de suas atribuições e com base na Lei Complementar n. 260, de 22.01.2004, regulamentada pelo Decreto n. 1.545, de 16/03/2004, torna público que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo de contratação de pessoal, por prazo determinado, para a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, localizada no município de São José (SC), pelo período compreendido entre às 16 horas do dia 27 de novembro de 2023 às 16 horas do dia 11 de dezembro de 2023.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Processo Seletivo - Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE - Governo do Estado de Santa Catarina

Site: <https://2023fcee.fepese.org.br>

Email: 2023fcee@fepese.org.br

Período de inscrições:

das 16 horas do dia 27 de novembro de 2023 às 16 horas do dia 11 de dezembro de 2023.


Prova Escrita (data provável)

20 de dezembro de 2023

1.1 O Processo Seletivo será executado pela:

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE)

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
CEP: 88040-900 • Trindade • Florianópolis (SC)

 (48) 3953 1000.

- 1.2 O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, bem como os resultados, os julgamentos realizados aos recursos interpostos e todos os demais atos, serão publicados no site do Processo Seletivo e constituem na única fonte válida de informação a respeito das normas e dos procedimentos do presente Processo Seletivo.
- 1.3 A FEPESE informará por e-mail o local de prova e outras informações. Não se responsabilizará por qualquer falha na entrega de mensagens eletrônicas, causada por site incorreto ou por problemas no provedor de acesso à internet do candidato ou qualquer outro problema de ordem técnica. A comunicação por meio eletrônico é meramente informativa, devendo o candidato sempre consultar o site do Processo Seletivo na Internet para verificar as informações oficiais do certame.
- 1.4 A inscrição do candidato presume estarem satisfeitas as exigências dispostas no Edital. Os documentos comprobatórios serão exigidos unicamente no momento da nomeação e a sua não apresentação, no prazo determinado, resultará na anulação de todos os atos que tiver praticado e na eliminação do Processo Seletivo.
- 1.5 Os candidatos contratados serão submetidos ao regime administrativo especial, disciplinado pela Lei Complementar nº 260, de 22 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 1.545, de 16 de março de 2004 ou legislação vigente no ato da contratação.
- 1.6 Devido à pandemia do COVID-19, a FEPESE e a Fundação Catarinense de Educação Especial reservam-se o direito de tomar medidas protetivas e preventivas durante o andamento do Processo Seletivo, visando à saúde e o direito coletivo de todos os envolvidos, seguindo orientações do Decreto Estadual 1.794, de 12 de março de 2022.

- 1.7 O Cronograma de Atividades do Processo Seletivo consta no Anexo 1 do Edital, podendo ser alterado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional. A alteração poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a sua comunicação no site do Processo Seletivo.
- 1.8 O conteúdo programático das provas é o constante do Anexo 2 deste Edital.
- 1.9 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelos candidatos no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal.
- 1.10 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o seu descumprimento, e nem para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 1.11 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.12 Ao realizar a inscrição o candidato aceita que os seus dados pessoais sejam tratados e processados de forma a permitir a efetiva execução do Processo Seletivo, autorizando expressamente a divulgação do seu nome, data de nascimento, número de inscrição e notas/conceitos obtidos nas avaliações prestadas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.
- 1.13 A qualquer tempo a FEPESE poderá solicitar ao candidato o envio de documentos originais para conferência da autenticidade dos arquivos digitais ou documentos não originais. Os custos de envio serão suportados pelos candidatos.

2 ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

- 2.1 A seleção de que trata o presente Edital compreenderá as seguintes etapas:
 - Primeira Etapa: **Prova escrita com questões objetivas** de caráter eliminatório e classificatório (pág. 11);
 - Segunda Etapa: **Prova de Títulos** de caráter classificatório (pág. 14);
 - Terceira Etapa: **Prova Prática** de caráter eliminatório e classificatório (pág. 18).
- 2.2 As provas do presente Processo Seletivo serão realizadas nos Municípios de Blumenau, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joaçaba, Joinville, Lages e São Miguel do Oeste.
- 2.3 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nos Municípios citados no item 2.2, poderão ser aplicadas em outras localidades.

3 ATENDIMENTO AO CANDIDATO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 3.1 A cópia do presente edital, bem como equipamentos para acesso à Internet e pessoal para orientar inscrições e receber documentos, estarão ao dispor dos interessados nos endereços e horários abaixo.

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE)

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
CEP: 88040-900 – Trindade – Florianópolis (SC)




📞 WhatsApp: (48) 99146-7114 📧 E-mail: 2023fcee@fepese.org.br

☎️ Telefones: (48) 3953 1000, (48) 3953 1032, (48) 3953 1062 e (48) 3953 1065.

🕒 **Horário atendimento:** dias úteis, das 8 às 12h*.

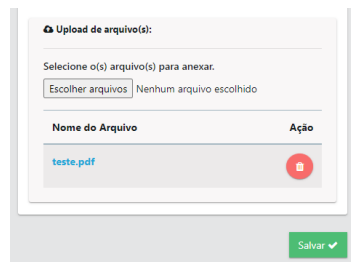
* **Obs:** Durante o período dos dias 25 de dezembro de 2023 a 2 de janeiro de 2024 não haverá atendimento presencial e por telefone.

- 3.2 Em face das medidas para conter a propagação da COVID-19 (Coronavírus), nos termos do Decreto Estadual 1.794/2022, recomenda-se:
- A utilização de máscaras de proteção facial cobrindo o nariz e a boca por pessoas que apresentem sintomas gripais e ou que tiveram contato com caso suspeito ou confirmado de COVID nas últimas 48 horas, devendo essas pessoas manter isolamento ou quarentena conforme orientação do Serviço de Saúde.
 - A utilização de máscaras de proteção facial cobrindo o nariz e a boca por pessoas que possuam fatores de risco para agravamento da COVID-19.
 - Distanciamento de 1,0 metro entre as pessoas.
- 3.3 O atendimento presencial é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos. Nos locais de atendimento não será possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição.
- 3.4 No atendimento presencial o candidato poderá obter acesso a equipamentos e orientação para a inscrição e demais atos do Processo Seletivo, mas é ele o responsável pelas informações e atos relativos à sua inscrição e demais atos do certame.
- 3.5 Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues:

	Pela internet (https://2023fcee.fepese.org.br) através de upload (carregamento) no site do Processo Seletivo.
	Presencialmente pelo candidato ou procurador devidamente constituído na sede da FEPESE, ou no Posto de Atendimento em São José (SC), respeitados os horários de funcionamento.
	Via postal.

Envio pela Internet (Upload).

- 3.6 Para o envio de documentos pela Internet (UPLOAD), o candidato deverá:
1. Digitalizar (escanear) os documentos que deseja transmitir, de forma legível, no formato PDF, PNG ou JPG;
 2. Acessar o site (<https://2023fcee.fepese.org.br>) do Processo Seletivo;
 3. Na área de ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO, procurar, ao lado do campo do assunto, a que se trata o documento, o botão “Escolher arquivos”;
 4. Após a seleção dos arquivos, clicar em “Salvar”.



Entrega pessoal ou por Procurador.

- 3.7 Os documentos poderão ser entregues pessoalmente ou por Procurador, na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento em São José (SC), nos dias úteis, no horário de funcionamento informado neste Edital. No caso de entrega por Procurador este deve portar documento original válido de identificação e instrumento de procuração pública ou particular com fins específicos para entrega dos documentos relacionados ao Processo Seletivo.

Envio pelo correio.

- 3.8 A remessa de documentos via postal (pelo correio) deve ser feita unicamente para o seguinte endereço:

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE)
Processo Seletivo - Fundação Catarinense de Educação Especial (Edital 003/2023)

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Caixa Postal: 5067 • CEP: 88040-970 • Trindade • Florianópolis (SC)

- 3.9 Recomenda-se que a documentação via postal seja enviada por SEDEX (Serviço de Encomenda Expressa Nacional) ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), devendo o candidato providenciar a postagem com antecedência.

Documentos enviados pelo correio só serão processados se forem entregues à FEPESE, até às 16 horas do último dia previsto no Edital para a entrega presencial, mesmo que tenham sido postados em data anterior, valendo para fins de direito de comprovação da entrega, o carimbo ou registro postal da entrega da correspondência.



- 3.10 Não são admitidas, após o término do prazo determinado para a apresentação, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

- 3.11 Caso o nome declarado no Requerimento de Inscrição for divergente do apresentado nas documentações entregues, será necessário um documento que comprove essa alteração.
- 3.12 A FEPESE e a Fundação Catarinense de Educação Especial não se responsabilizarão por solicitações não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados, a impressão dos documentos solicitados e/ou o pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4 REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A ADMISSÃO

- 4.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:
1. Ser brasileiro;
 2. Ter a idade mínima de 18 anos;
 3. A quitação com as obrigações eleitorais e do serviço militar (para os candidatos do sexo masculino);
 4. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por meio de atestado médico ocupacional;
 5. Estar legalmente habilitado para o exercício da função na qual está sendo admitido;
 6. Possuir compatibilidade de sua deficiência com o cargo para o qual se inscreveu podendo ser avaliado por equipe multidisciplinar da FCEE;
 7. Estar em conformidade com as disposições contidas no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República;
 8. Não registrar sentença penal condenatória transitada em julgado.

5 FUNÇÕES, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, VAGAS E VENCIMENTOS MENSAIS

Funções e Exigências de Escolaridade

- 5.1 Quadros de Funções e Exigências de Escolaridade:

Tabela 5.1 Coordenadorias Regionais de Educação - instituições de educação especial conveniadas

Função	Escolaridade mínima exigida	Lotação
Educação Especial – Deficiência Auditiva – Professor Bilingue	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial com Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial e com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez. Observação: Este professor deverá ser preferencialmente ouvinte e ter domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (comprovado por banca examinadora).	Lages
Educação Especial – Deficiência Auditiva – Professor de Libras	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue; ou Diploma e histórico escolar de conclusão de curso de Licenciatura Plena em Letras- libras; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial e com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez; ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de Pós-graduação em Libras ou na área da Surdez. Observação: Este Professor deverá ser preferencialmente surdo (conforme Diretrizes da Educação Especial do Estado de SC) e ter domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (comprovado por banca examinadora).	Lages

- 5.2 Os certificados comprovando os cursos de formação continuada deverão ter sido emitidos com data a partir de 2020.
- 5.3 No caso de o candidato não possuir o diploma, poderá apresentar o certificado de conclusão de curso de graduação com data máxima de 60 (sessenta) dias anteriores à data da escolha de vagas.
- 5.4 O regime de jornada de trabalho será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais correspondentes a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) aulas respectivamente.

Vagas

- 5.5 Será de responsabilidade da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da FCEE o levantamento do total de vagas destinadas ao Campus da FCEE, como também, para as Instituições de Educação Especial Parceiras, cuja divulgação se dará em etapa posterior, a ser publicada no site eletrônico <https://fcee.sc.gov.br/> e afixadas nas Coordenadorias Regionais de Educação das respectivas regiões. É de responsabilidade da Gerência de Gestão de Pessoas da FCEE a organização e manutenção atualizada do quadro de pessoal e de atribuição de exercício dos servidores lotados na FCEE.
- 5.6 A realização da chamada – escolha de vaga – fica sob a responsabilidade da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da FCEE quando se tratar das vagas destinadas ao Campus – FCEE com a supervisão da Gerência de Gestão de Pessoas da FCEE.
- 5.7 As chamadas que serão realizadas para as Instituições de Educação Especial Conveniadas ficam sob a responsabilidade da FCEE em parceria com as Coordenadorias/Supervisões Regionais de Educação.

Dos Vencimentos

- 5.8 Os vencimentos do Professor admitido em caráter temporário será de até R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), para os habilitados, podendo receber complementação para atingir o piso do magistério e a complementação remuneratória prevista na EC nº 83/2021 considerando-se uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, aplicados proporcionalmente às jornadas de menor duração.
- 5.9 O valor da remuneração do Professor admitido em caráter temporário poderá ser acrescido das vantagens pecuniárias dispostas no art. 20 e 21 da Lei nº 16.861/2015 e alterações posteriores, ressalvada a hipótese do parágrafo único do art. 20 da Lei nº 16.861/2015.

6 INSCRIÇÕES

- 6.1 A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.
- 6.2 A inscrição no Processo Seletivo deverá ser efetuada **unicamente pela Internet**, no período compreendido entre as 16 horas do dia **27 de novembro de 2023** às 16 horas do dia **11 de dezembro de 2023**, horário Oficial de Brasília (DF).

Valores

- 6.3 O valor da taxa de inscrição é de R\$ 120,00.
- 6.4 O candidato ao se inscrever fará as seguintes opções:
 1. **Local de prova:**
 - O candidato poderá optar por prestar a prova em uma das seguintes cidades: Blumenau, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joaçaba, Joinville, Lages e São Miguel do Oeste.
 - A opção por local de prestação da prova é distinta da de local de trabalho.
 2. **Pessoa com deficiência:**
 - As pessoas com deficiência poderão concorrer às vagas reservadas para as pessoas com deficiência. O deferimento desta opção dependerá da apresentação tempestiva da documentação comprobatória da deficiência.

Da opção por habilitação

- 6.5 As exigências de habilitação que estão descritas nos quadros constantes no item 5.1 serão verificadas no momento da escolha de vagas. A não comprovação das exigências impede a admissão do candidato, com a exclusão do Processo Seletivo no ano vigente, conforme disposto neste edital.

- 6.6 As opções do candidato no momento da inscrição não poderão ser alteradas, sob nenhuma alegação, tampouco haverá devolução do valor pago.
- 6.7 Caso deseje alterar qualquer uma das opções o candidato deverá fazer uma nova inscrição no prazo e condições previstas pelo presente Edital e, se tiver efetuado o pagamento da anterior, pagando uma nova taxa para fazê-lo. A segunda inscrição implica a desistência do candidato das opções feitas na sua inscrição anterior que será automaticamente anulada.

Instruções para efetuar a inscrição

- 6.8 Para efetuar a inscrição:
1. Acessar o site do Processo Seletivo (<https://2023fcee.fepese.org.br>);
 2. Preencher o Requerimento de Inscrição no Processo Seletivo e imprimir uma cópia que deve ficar em seu poder;
 3. Efetivar o pagamento do boleto da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou home banking, preferencialmente do **Banco do Brasil S.A.**, até o último dia de inscrições, observando o horário limite fixado pelo estabelecimento para as transações.
- 6.9 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento obtido no site do Processo Seletivo, não sendo aceitos pagamentos por qualquer outra forma ou meio, sendo obrigação do candidato conferir as informações de pagamento do boleto.
- 6.10 Se pretender efetuar o pagamento do boleto na data de encerramento das inscrições, o candidato deverá fazê-lo até o horário limite fixado pelo estabelecimento para as transações, **que não é o mesmo para todos os bancos**. O pagamento efetuado após o horário limite só será executado com data contábil do próximo dia útil e, desta maneira, não será aceito pela FEPESE uma vez que o boleto correspondente ao pagamento deve ser quitado até às 23h59 min do último dia de inscrições.
- 6.11 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.
- 6.12 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 6.13 A inscrição só será processada quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo cancelada a inscrição cuja taxa de inscrição for paga com cheque sem cobertura de fundos ou com qualquer outra irregularidade.
- 6.14 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente homologadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.
- 6.15 O valor da taxa de inscrição não será restituído, por qualquer razão, mesmo que o candidato não compareça às provas, efetue pagamento em duplicidade ou solicite o cancelamento de sua inscrição. Exceto por cancelamento ou anulação do Processo Seletivo.
- 6.16 Verificando-se mais de uma inscrição para o mesmo candidato/função, será considerada apenas a última inscrição paga.
- 6.17 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste Edital.
- 6.18 A FEPESE e a Fundação Catarinense de Educação Especial não se responsabilizarão por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores, conforme item 3.11.
- 6.19 A documentação para comprovação das exigências mínimas para a função será solicitada no momento da Nomeação e Posse. No momento da Inscrição, ou de acordo com o Cronograma de Atividades, será necessário o envio dos seguintes documentos (quando aplicável):
1. Documentos exigidos para requerer a Isenção da Taxa de Inscrição, conforme item 7;
 2. Documentos exigidos para concorrer às Vagas Reservadas, conforme item 8;
 3. Documentos exigidos para solicitação de Condições Especiais, conforme item 9;
 4. Documentos exigidos para obter pontuação na Prova de Títulos e de Tempo de Serviço, conforme item 12.
- 6.20 A entrega de documentos deverá respeitar o Cronograma de Atividades do Processo Seletivo e demais normas deste Edital.
- 6.21 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

- 6.22 Quando da inscrição, o candidato fará o cadastro de uma senha para acesso à área de ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO. A referida senha é pessoal e intransferível e possibilitará o acesso a informações sobre o seu desempenho, respostas aos recursos interpostos, bem como a alteração de dados cadastrais permitidos.

7 ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 7.1 Poderão requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período das 16 horas de **27 de novembro de 2023**, às 17 horas do dia **29 de novembro de 2023**, os candidatos beneficiados pelas seguintes leis:
1. **Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997** e suas alterações – doadores de sangue, medula óssea e de leite humano.
 2. **Lei Estadual nº 17.480**, de 15 de janeiro de 2018 – pessoas com deficiência cuja renda mensal não ultrapasse 2 salários-mínimos.; e
 3. **Lei Estadual nº 17.998**, de 15 de setembro de 2020 – atuação, por no mínimo 2 eventos, à serviço da Justiça Eleitoral Catarinense ou do Tribunal do Júri Catarinense, com validade de 2 anos a contar da atuação.
- 7.2 Para fazer jus à isenção do pagamento o candidato deverá:
1. Assinalar, no Requerimento de Inscrição, a opção PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO; e
 2. Fazer o upload no site do Processo Seletivo, ou entregar na FEPESE, até às 17 horas do dia 29 de novembro de 2023, a documentação exigida pela lei que lhe concedeu o benefício.

Documentação exigida

Lista de documentos exigida para requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição relacionada por legislação:

Lei Estadual nº 10.567/1997 e suas alterações

- 7.2.2 Doadores de sangue, de medula óssea e de leite humano
- Doadores de sangue: devem ser comprovadas, no mínimo, 3 doações em documento expedido pela entidade coletora, discriminando o número e a data em que foi realizada a doação, em um período de 12 meses, antecedentes à publicação do Edital.
 - Declaração de doador emitida de forma online pelo HEMOSC, deverá apresentar o código de validação.
 - Doadores de medula: deve ser apresentado o Cartão de Doador Voluntário de Medula Óssea, cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), e comprovada, no mínimo, 1 doação, em documento expedido pela entidade coletora, discriminando o número e a data em que foi realizada a doação.
 - O fato de estar cadastrado como "Doador(a) voluntário(a) de medula óssea" não o configura como doador.
 - Doadores de leite humano: deve ser comprovada, pelo menos, uma doação mensal, em documento expedido pela entidade coletora, discriminando o número e a data em que foi realizada a doação, em um período de 4 meses, antecedentes à data de inscrição para o Processo Seletivo.

Lei Estadual nº 17.480/2018

- 7.2.3 Pessoas com deficiência cuja renda mensal não ultrapasse 2 salários-mínimos.
- Comprovante de renda ou declaração assinada pelo interessado de que sua renda mensal não ultrapassa 2 salários-mínimos conforme parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 17.480/2018, respondendo este pela veracidade do seu conteúdo, sob as penas da lei.
 - Laudo médico, emitido no máximo 1 ano antes do ato da inscrição, que conste o tipo da deficiência e o código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Lei Estadual nº 17.998/2020

- 7.2.4 Atuação, por no mínimo 2 eventos, à serviço da Justiça Eleitoral Catarinense ou do Tribunal do Júri Catarinense, com validade de 2 anos a contar da atuação.
- Certidão expedida pela Justiça Eleitoral Catarinense ou da Vara Criminal do Tribunal do Júri de Santa Catarina, contendo o nome completo do candidato, a função desempenhada, o turno e a data da eleição e/ou as datas em que prestou serviço de jurado perante o Tribunal do Júri, com a comprovação de no mínimo 2 eventos eleitorais ou Júri, consecutivos ou não, com validade de 2 anos a contar da atuação.

- 7.3 O deferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será publicado no site do Processo Seletivo, na data de **5 de dezembro de 2023**, cabendo recurso do indeferimento, que deve ser interposto nos prazos e de acordo com as normas do presente Edital.
- 7.4 Verificando-se mais de um pedido de isenção para o mesmo candidato/função, será avaliada a última inscrição realizada.
- 7.5 O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição homologada, não devendo efetuar o pagamento da inscrição.
- 7.6 Os candidatos que tiverem o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão, caso desejem participar do Processo Seletivo, efetuar o pagamento da referida taxa até o último dia de inscrição, sob pena de terem a sua inscrição cancelada.
- 7.7 Os documentos comprobatórios para o pedido de isenção da taxa de inscrição, devem ser protocolados/enviados em separado de qualquer outra documentação, no campo próprio do pedido de isenção, condição para que sejam analisados.
- 7.8 As informações prestadas no Requerimento de Inscrição, no pedido de isenção da taxa de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que prestar declarações falsas será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo, e responderá legalmente pelas consequências decorrentes do seu ato.

8 VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 8.1 É assegurada ao candidato com deficiência a inscrição neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.
- 8.2 Será reservada vaga para o candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, o percentual de 10% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.292/2017 e na Lei Federal nº 7.853/1989, exceto para as disciplinas de Revisor Braille e Instrutor de LIBRAS que já são específicas para a pessoa com deficiência.
- 8.3 Intercaladamente, a cada 10 (dez) candidatos da lista geral será convocado 01 (um) da lista de candidatos com deficiência, ou seja, após a chamada do 9º candidato da lista geral, será chamado o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência e assim sucessivamente.
- 8.4 O candidato com deficiência integrará lista de classificação especial, e será classificado de acordo com sua opção de área e disciplina, observada a ordem de classificação.
- 8.5 Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrarem nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.292/2017 e na Lei Federal nº 7.853/1989.
- 8.6 A nomeação dos candidatos com deficiência aprovados e classificados no Processo Seletivo observará a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.
- 8.7 O candidato que se inscrever na condição de pessoa com deficiência onde não haja vaga reservada, somente poderá ser convocado nesta condição se houver ampliação das vagas inicialmente ofertadas neste Edital, a critério da Fundação Catarinense de Educação Especial.
- 8.8 A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
- 8.9 Ao se inscrever no Processo Seletivo, a pessoa com deficiência, declara que conhece os termos do edital do Processo Seletivo e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

- 8.10 Para concorrer às vagas reservadas, os candidatos com deficiência deverão:
1. Assinalar o item específico de **Autodeclaração** no Requerimento de Inscrição no Processo Seletivo;
 2. Fazer o upload no site do Processo Seletivo (<https://2023fcee.fepese.org.br>), **até às 16 horas do último dia de inscrição** da seguinte documentação:
 - **Laudo médico** atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.
- Obs.:** Não serão validados os laudos (atestados) que não contiverem expressamente a espécie e o grau ou nível da deficiência, o código da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.
- 8.11 Não será deferido o pedido de inscrição para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, do candidato que:
1. não formalizar a autodeclaração;
 2. não enviar a documentação exigida no prazo determinado.
- 8.12 A listagem de candidatos que realizaram a autodeclaração para concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência será publicada no site do Processo Seletivo, na data de **13 de dezembro de 2023**, cabendo recurso do indeferimento, que deve ser interposto nos prazos e de acordo com as normas do presente Edital.
- 8.13 Os candidatos com deficiência submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:
1. A qualificação do candidato como pessoa com deficiência ou não; e
 2. O grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.
- 8.14 A avaliação dos candidatos com deficiência será de responsabilidade da Fundação Catarinense de Educação Especial.
- 8.15 Será excluído da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas às pessoas com deficiência, o candidato que não atender à convocação para a avaliação da equipe multiprofissional e/ou cuja deficiência assinalada no Requerimento de Inscrição não seja constatada, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.
- 8.16 Não será admitido recurso relativo à condição de pessoa com deficiência do candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 8.17 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência, elas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados na lista de livre concorrência.



9 SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 9.1 Os documentos exigidos para os requerimentos de condições especiais, deverão ser entregues, **até às 16 horas do último dia de inscrições**, na FEPESE, ou por upload no site do Processo Seletivo, ou pelo correio, respeitando o disposto nos itens 3.5 a 3.10 do presente edital.

Benefício da Lei 11.689/2008

- 9.2 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei Federal 11.689/2008, deverão entregar (*de acordo com as instruções do item 9.1*), a seguinte documentação:
- Certidão e/ou declaração e/ou atestado ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

Condições Especiais para Realizar a Prova

Condições Especiais

- 9.3 Para solicitar condições especiais para realização de qualquer uma das provas, o candidato deverá:
1. Assinalar o item específico de **Condições Especiais** no Requerimento de Inscrição no Processo Seletivo;
 2. Fazer o upload no site do Processo Seletivo, até às 16 horas do último dia de inscrição da seguinte documentação:
 - **Laudo médico** com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID), com carimbo indicando o número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão, justificando a condição especial solicitada.

O candidato que necessitar de mais de uma condição especial, pode selecionar o campo “Outra” e descrever essas condições especiais.



- 9.4 Serão oferecidas para os candidatos com deficiência, mediante requerimento: prova em braile, prova ampliada (fonte 16, 20 ou 24), fiscal leitor, intérprete de libras, auxílio para transcrição, prova compatível com o software leitor de tela (Jaws e NVDA) e aparelho notebook, acesso à cadeira de rodas, e tempo adicional de até 1 hora para realização da prova (somente para os candidatos com deficiência visual).
- 9.5 O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência até às 16 horas do último dia de inscrições.
- 9.6 O candidato que solicitar atendimento para cegueira, surdo-cegueira, baixa visão, visão monocular e/ou outra condição específica e tiver sua solicitação confirmada poderá ser acompanhado por cão guia e utilizar material próprio: máquina de escrever em braile, lâmina overlay, reglete, punção, soroban ou cubarítmio, caneta de ponta grossa, tiposcópio, assinador, óculos especiais, lupa, telelupa, luminária, tábuas de apoio, multiplano, plano inclinado, medidor de glicose e bomba de insulina. Os recursos serão vistoriados pelo fiscal de sala.

Candidata Lactante

- 9.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada, para tanto deverá:
1. Assinalar o item específico de **Amamentar Durante a Prova** no Requerimento de Inscrição no Processo Seletivo;
 2. Seguir estritamente as normas de conduta estabelecidas no Edital:
 1. No dia da prestação da prova a candidata deverá ser acompanhada de pessoa maior de 18 anos. A criança ficará sob a guarda e responsabilidade do acompanhante em sala reservada para essa finalidade. A ausência de acompanhante implicará a impossibilidade de a candidata prestar a prova.
 2. No momento da amamentação a candidata será levada ao local destinado para esta finalidade, na companhia de um fiscal. É vedada a presença do acompanhante no ato da amamentação.
 3. O acompanhante não poderá portar os materiais e equipamentos vedados aos candidatos que prestam prova. Caso, inadvertidamente, traga quaisquer desses materiais, deverá entregá-los à Coordenação.
 4. O acompanhante só poderá retirar-se do local reservado, salvo por motivo de força maior, acompanhado por um fiscal designado pela FEPESE.
 5. O tempo despendido na amamentação, limitado a intervalos de 30 minutos a cada 2 horas, se necessário, será compensado durante a realização da prova, em igual período, observado o limite de idade de 6 meses, a ser comprovado no dia da realização da prova, por meio da respectiva certidão de nascimento ou documento equivalente.

Portadores de Implantes Metálicos

- 9.8 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais, os que usem marca-passo e/ou tenham implantados pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e portar no dia da realização da prova exame ou laudo médico comprovando o seu uso.

Solicitações Motivadas por Práticas Religiosas

- 9.9 Os candidatos que necessitem de atendimento diferenciado por motivos religiosos (uso de cobertura durante as provas ou realização da prova após o pôr do sol de sábado), deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e entregar (*de acordo com as instruções do item 9.1*), a seguinte documentação:
- **Declaração** da congregação religiosa a que pertencem, atestando a sua condição de membro.

10 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 10.1 As inscrições que preencherem todas as condições dispostas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo, na data provável de **13 de dezembro de 2023**.

11 PRIMEIRA ETAPA: PROVA ESCRITA

- 11.1 A prova escrita constará de uma prova com questões objetivas, de caráter classificatório e eliminatório, com 5 alternativas de resposta, das quais uma única será a correta.
- 11.2 A prova escrita será aplicada na data provável de **20 de dezembro de 2023**, nas cidades de Blumenau, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joaçaba, Joinville, Lages e São Miguel do Oeste, em locais que serão divulgados no site do Processo Seletivo, na data provável de **19 de dezembro de 2023**, seguindo o cronograma a seguir:

Cronograma de aplicação da Prova Escrita

- 11.3 A prova escrita para todos os cargos terá duração de 4 horas.

Tabela 11.1 Cronograma de provas

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova	13h
Fechamento dos portões (não será permitida a entrada a partir deste horário)	13h40
Abertura dos envelopes e distribuição das provas	13h50
Horário de início da resolução da prova	14h
Horário mínimo para a entrega da prova e saída do local	15h
Término da prova e entrega do caderno de provas e do cartão resposta	18h

- 11.4 Não havendo disponibilidade de locais adequados ou suficientes para que todos os inscritos possam prestar a prova, ela poderá ser aplicada em outras cidades e ou municípios da região.
- 11.5 São de exclusiva responsabilidade dos candidatos a obtenção da informação dos locais, de transporte, alimentação e outras havidas para a prestação da prova mesmo que realizada em outra cidade.

Áreas de Conhecimento

- 11.6 As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 11.2 Cargos com exigência de ensino superior

ÁREA DE CONHECIMENTO	nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos gerais	10	0,50	5,00
Conhecimentos específicos do cargo	10	0,50	5,00
TOTAIS	20	—	10,00

- 11.7 Para ser aprovado na prova escrita, o candidato deverá obter nota igual ou superior a 4,00.
- 11.8 Os candidatos que não obtiverem a pontuação prevista no item 11.7, estarão eliminados do Processo Seletivo.

Normas Gerais para prestar a Prova Escrita

- 11.9 Para prestar a Prova Escrita com questões objetivas, o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.
- 11.9.1 Os candidatos que se inscreverem para outro(s) cargo(s) em editais diferentes dos processos seletivos da FCEE, deverão resolver as provas escritas no horário estabelecido no cronograma (Tabela 11.1), sem direito a tempo adicional.
- 11.10 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 11.11 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.
- 11.12 O preenchimento do cartão resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.
- 11.13 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.
- 11.14 O candidato só poderá entregar a prova e deixar o local depois de decorridos 60 (sessenta) minutos do seu início, mesmo que a tenha concluído ou tenha sido desclassificado do Processo Seletivo.
- 11.15 O conteúdo programático das provas é o constante do Anexo 2 deste Edital.
- 11.16 Será atribuída nota 0,00 às respostas de questões objetivas:
1. Cujas respostas não coincidam com o gabarito oficial;
 2. Que contenham emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
 3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
 4. Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
 5. Assinalada em cartão resposta sem a assinatura do candidato;
 6. Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.
- 11.17 Só será permitido o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar no portão de entrada até o horário determinado no Edital para o fechamento dos portões.
- 11.18 É de responsabilidade do candidato localizar com antecedência o portão de entrada, bem como a sala em que prestará a prova. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado, seja qual for o motivo alegado para o atraso.
- 11.19 Os candidatos, para participar da Prova Escrita com questões objetivas, deverão submeter-se às determinações da autoridade sanitária vigentes na data de aplicação da prova. Tais exigências serão informadas por aviso publicado no site do Processo Seletivo, quando da informação dos locais de prova.
- 11.20 A FEPESE, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da Prova Escrita ou transferir suas datas e/ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas pelo site do Processo Seletivo, por mensagem enviada para o e-mail informado pelo candidato, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.
- 11.21 Para prestar a prova o candidato deverá apresentar documento de identificação original, não se aceitando cópias (mesmo autenticadas) ou protocolos.
- 11.22 São considerados documentos de identidade:
1. carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional;
 2. passaporte;
 3. certificado de reservista (com foto);
 4. carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade;
 5. carteira de trabalho; e
 6. carteira nacional de habilitação (com foto).

- 11.23 Caso o candidato apresente o documento em formato digital, só serão aceitos o RG, a carteira nacional de habilitação e o e-título, desde que apresentados nos aplicativos oficiais e com foto.
- 11.24 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 dias.
- 11.25 Só serão aceitos documentos em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 11.26 A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.
- 11.27 Em face de eventual divergência, a FEPESE poderá exigir a apresentação do original do comprovante de pagamento da inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.
- 11.28 A FEPESE poderá, a qualquer momento, submeter os candidatos à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação por documento e/ou datiloscopia, ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 11.29 Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar a situação à FEPESE, até o último dia de inscrições. A comunicação deverá ser acompanhada de original de laudo médico que comprove as informações prestadas.
- 11.30 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:
1. Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta;
 2. Documento de identificação;
 3. Comprovante do pagamento da inscrição;
 4. Caso assim deseje, água e pequeno volume de alimentos, acondicionados em embalagem plástica transparente sem qualquer rótulo ou etiquetas.
- 11.31 Para fazer uso de medicamentos, aparelhos auriculares, talas e bandagens, o candidato deverá apresentar à Coordenação Local a respectiva prescrição médica.
- 11.32 É vedada a comunicação de qualquer natureza com outros candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares e/ou quaisquer outros transmissores ou receptores de ondas de rádio (como controles de portões ou chaves remotas de veículos) e/ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, o uso de medicamentos, óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 11.33 Não será permitida, em qualquer hipótese, a entrada de candidato armado nos locais onde se realizam as provas. A FEPESE não manterá qualquer armamento sob sua guarda.
- 11.34 Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 11.35 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- 11.36 A FEPESE e a Fundação Catarinense de Educação Especial, não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos ou equipamentos – mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala – veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 11.37 Os candidatos não poderão estar acompanhados de outras pessoas no local de provas, mesmo que filhos menores, exceto os portadores de deficiência a quem seja deferida a assistência por profissional especializado para a realização da prova.
- 11.38 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de provas fora do horário e locais marcados para todos os candidatos.
- 11.39 O caderno de provas **não poderá ser retirado da sala** de aplicação da prova. Ele será publicado, juntamente com o gabarito preliminar, até às 23h59min da data de realização da prova.

12 SEGUNDA ETAPA: PROVA DE TÍTULOS E DE TEMPO DE SERVIÇO

- 12.1 A Prova de Títulos de caráter classificatório, constará da avaliação dos certificados de cursos de Graduação e Cursos de Pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado), e comprovação de tempo de serviço exclusivamente para o Magistério entregues no período determinado, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos no presente edital.
- 12.2 Para participar da Prova de Títulos, o candidato, após a sua inscrição, deverá encaminhar a Fepese, **até às 16 horas do último dia de inscrições**, a documentação comprobatória dos títulos e do tempo de serviço que deseja pontuar.
- 12.3 Não são admitidas, após o término do prazo determinado para a apresentação, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.
- 12.4 Devem ser entregues cópias, em boa qualidade, de todas as folhas do documento, frente e verso, do certificado ou diploma de curso de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

Não serão avaliados documentos ilegíveis e/ou aqueles nos quais não se consiga identificar as informações necessárias para a avaliação, conforme previsões editalícias.



- 12.5 Os documentos poderão ser entregues:

	Pela internet (https://2023fcee.fepese.org.br) através de upload (carregamento) no site do Processo Seletivo.
	Presencialmente pelo candidato ou procurador devidamente constituído na sede da FEPESE, ou no Posto de Atendimento em São José (SC), respeitados os horários de funcionamento.
	Via postal.

- 12.6 É de responsabilidade exclusiva do candidato, descrever corretamente os documentos encaminhados no sistema de upload. É também de sua responsabilidade exclusiva, conferir se as imagens incluídas dizem respeito ao documento (frente e verso) descrito no sistema de upload. As imagens devem ser condizentes com as informações descritas pelo candidato.
- 12.7 Os documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço enviados pelo correio devem ser encaminhados em envelope com a correta identificação do candidato, cargo e número de inscrição, unicamente para o endereço da Fepese, abaixo relacionado.

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE)
Processo Seletivo - Fundação Catarinense de Educação Especial - Prova de Títulos

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Caixa Postal: 5067 – CEP: 88040-970 – Trindade – Florianópolis (SC)

- 12.8 No caso de remessa pelo correio, preferencialmente via SEDEX, os documentos deverão ser postados com antecedência para que sejam entregues à FEPESE **até às 16 horas do último dia de inscrições**.

Documentos enviados pelo correio só serão processados se forem entregues à FEPESE, até às 16h do último dia previsto no Edital para a entrega presencial, mesmo que tenham sido postados em data anterior, valendo para fins de direito de comprovação da entrega, o carimbo ou registro postal da entrega da correspondência.



- 12.9 O candidato deverá enviar ou protocolar os documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço em separado de qualquer outra documentação entregue, cuidando para que seja aposto o número correto da sua inscrição. A indicação de número de inscrição é de responsabilidade do requerente.

Não serão avaliados os documentos entregues no mesmo protocolo do pedido de isenção ou para concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência, ou com número de inscrição diverso da do candidato.



Avaliação dos Títulos

- 12.10 Todos os candidatos com inscrições homologadas e com a documentação enviada terão seus títulos avaliados.
- 12.11 Os títulos apresentados serão avaliados conforme especificado abaixo:

Cursos de Graduação

Documentos exigidos

- Cópia do Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura em Educação Especial; ou
- Cópia do Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou
- Cópia de Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial; ou
- Cópia de Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial.

Cursos de Pós-graduação

Documentos exigidos

Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado devidamente registrado no órgão competente, na área da Educação, ou Educação Especial ou Educação Inclusiva, ou na área de atuação da função para a qual está inscrito.

- Os diplomas de cursos de mestrado e ou doutorado emitidos no exterior deverão ser acompanhados de tradução e serem reconhecidos no Brasil na forma da lei.
 - Não serão aceitos quaisquer outros documentos em substituição aos certificados e diplomas exigidos, salvo se o curso tiver sido concluído em data posterior a 1º de novembro de 2021. Neste caso, será aceita declaração emitida pelo programa de pós-graduação alegando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso.
- 12.12 Será considerada formação na área de Educação os cursos relativos aos temas relacionados na área da Educação na Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (Anexo 4 deste Edital).
- 12.13 O candidato declara, sob as penas da lei que:
1. A cópia do título entregue é cópia fiel do documento original.
 2. O título apresentado não é pré-requisito para o exercício da função.
 3. As divergências existentes na grafia do nome constante do título e do declarado no Requerimento de Inscrição, decorrem de ato legal.
 4. Os certificados/diplomas apresentados foram legalmente obtidos.

Comprovação de Tempo de Serviço

Documentos exigidos

Lista de documentos que poderão ser apresentados para comprovação de tempo de serviço:

- 12.14 Documento timbrado ou oficial que comprove o tempo de serviço (Certidão, atestado ou declaração) emitida por Secretaria ou Setor de Recursos Humanos de instituição de ensino da Rede Pública municipal, estadual ou federal, ou por estabelecimento particular, exclusivamente no Magistério, contado em meses e dias, contendo:
- Nome do beneficiário;
 - Função exercida (declarando o cargo/função/disciplina lecionada);
 - Data de admissão;
 - Data de demissão ou aposentadoria;
 - Tempo de serviço na disciplina expresso em meses (ou anos e meses e dias);
 - Nome e endereço completo do estabelecimento e assinatura do responsável.

- 12.15 Cópia da carteira de trabalho (CTPS), das páginas de identificação e de todos os contratos de trabalho, findos ou em vigência contendo:
- Cargo/função exercida (deve ser informada a função de professor, declarando a disciplina lecionada);
 - Período de exercício: data de início e saída (ou contrato vigente).
- 12.16 Na apresentação da cópia da Carteira de Trabalho, o candidato deve ficar atento às seguintes orientações:
1. Carteira de Trabalho física: cópia da página da foto, da qualificação civil e das páginas que contém os registros dos contratos de trabalho com início e término.
 2. Carteira de Trabalho Digital: deverá ser gerado um arquivo em PDF no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, com todos os dados pessoais e todos os contratos de trabalho existentes (início e fim, contratos em aberto). Não serão aceitos prints da Carteira de Trabalho Digital na avaliação da experiência profissional.
- 12.17 O candidato poderá apresentar mais de um documento, de estabelecimentos públicos e/ou privados, mas não será avaliado o tempo concomitante.
- 12.18 O período informado em dias igual ou superior a 15 dias, será arredondado para 1 mês. O período inferior a 15 dias, será desprezado.
- 12.19 Não será analisada a documentação comprobatória do tempo de serviço:
1. Que contenha rasuras ou ressalvas;
 2. Emitida no exterior;
 3. Correspondente a estágio remunerado ou não remunerado;
 4. De cargo ou função que não seja o Magistério;
 5. Emitida de forma diversa a determinada no Edital;
 6. Apresentada intempestivamente e ou por meio não previsto no Edital.
- 12.20 O documento de tempo de serviço tem validade de 5 (cinco) anos.
- 12.21 Se o candidato já possui documento de tempo de serviço com o número de meses máximo (96 meses ou mais), não é necessário pedir para os locais onde atuou novos documentos comprobatórios, tendo em vista que não pontuará a mais por isso.
- 12.22 O candidato que precisar requerer atestado de tempo de serviço relativo as contratações com a FCEE, deve enviar e-mail para tempo@fcee.sc.gov.br solicitando este documento informando seu nome e CPF. O documento recebe assinatura digital e pode ser disponibilizado como processo através do Portal Externo do SGP-e: <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>.
- 12.23 O candidato que atua em instituições conveniadas com a FCEE pode solicitar para a instituição em que trabalha o atestado de tempo de serviço.

Pontuação

- 12.24 Os documentos comprobatórios dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação e as certidões de tempo de serviço serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 12.1 Prova de Títulos e Tempo de Serviço

Comprovação exigida	Tipo / Quantidade	Pontuação Item	Pontuação Máxima
Cópia do Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura em Educação Especial; ou Cópia do Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou Cópia de Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial; ou Cópia de Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior com Curso de Complementação Pedagógica em nível de graduação em Educação Especial	Graduação	2	2
Cópia do certificado de curso de pós-graduação em Educação Especial ou Educação Inclusiva.	Especialização	2	5
	Mestrado	3	
	Doutorado	5	
Cópia do certificado de curso de pós-graduação em Educação ou para a função para a qual está inscrito	Especialização	1	3
	Mestrado	2	
	Doutorado	3	
Tempo de serviço em Educação Especial comprovada por: Certidão/Declaração de tempo de serviço (exclusivamente no Magistério) expedida por órgão público ou estabelecimento de ensino particular de tempo de serviço contado em dias, e meses.	12 meses	2	7
	13 a 36 meses	3	
	37 a 60 meses	4	
	61 a 96 meses	5	
	Acima de 96 meses	7	
Certidão/Declaração de tempo de serviço (exclusivamente no Magistério) expedida por órgão público ou estabelecimento de ensino particular de tempo de serviço contado em dias, e meses.	12 meses	0,5	3
	13 a 36 meses	1	
	37 a 60 meses	1,5	
	61 a 96 meses	2	
	Acima de 96 meses	3	
Pontuação Máxima			20

- 12.25 Não serão pontuados:

1. Os documentos não entregues no prazo e locais/forma determinados;
2. Os títulos obtidos em cursos que não sejam relacionados à função para a qual o candidato está inscrito.
3. Os documentos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível;
4. Os títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

- 12.26 A nota da Prova de Títulos e de Tempo de Serviço será obtida com o emprego da fórmula abaixo:

$$\frac{\text{PCPG} + \text{PTS}}{20}$$

Sendo:

- PCPG: somatório dos pontos obtidos pela avaliação dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação;
- PTS: somatório dos pontos obtidos pelo tempo de serviço comprovado.

- 12.27 O diploma, ou certificado obtido no exterior só será avaliado se o curso for reconhecido pelo MEC e validado por instituição federal de ensino superior.
- 12.28 O diploma ou certificado de conclusão de curso expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

- 12.29 O candidato está ciente de que a constatação de qualquer irregularidade, mesmo após a publicação do resultado final e/ou nomeação, implica a anulação de todos os atos por ela afetados, inclusive o de nomeação, sem prejuízo das sanções legais.
- 12.30 A cópia de título entregue para efeito de avaliação não será devolvida.
- 12.31 A FEPESE publicará no site do Processo Seletivo o resultado da Prova de Títulos, do qual caberá recurso. Não será admitida, quando da interposição de recurso, a complementação e ou alteração do documento anteriormente entregue.

13 TERCEIRA ETAPA: PROVA PRÁTICA

- 13.1 A Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada na data provável de **18 de janeiro de 2024**, na cidade de São José (SC), em locais e horários que serão informados no Edital de Convocação a ser publicado na data provável de **10 de janeiro de 2024** no site do Processo Seletivo, para as funções de:
- **Professor de Educação Especial - Deficiência Auditiva - Professor Bilíngue**
 - **Professor de Educação Especial - Deficiência Auditiva - Professor de Libras**
- 13.2 A Prova Prática constará da aferição dos conhecimentos técnicos e práticos do candidato necessários para o exercício de suas funções, demonstrados através do correto desempenho das tarefas que lhe serão atribuídas.
- 13.3 Serão convocados para a Prova Prática os candidatos aprovados na prova escrita, que tenham obtido a classificação abaixo:

Tabela 13.1 Convocação para a Prova Prática

Função	Inscritos para as vagas PCD	Vagas de ampla concorrência
Educação Especial – Deficiência Auditiva – Professor Bilíngue	1	5
Educação Especial – Deficiência Auditiva – Professor de Libras	1	5

- 13.4 Na hipótese de empate o desempate será feito aplicando-se sequencialmente os seguintes critérios:
1. Maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos da prova escrita;
 2. Maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais na prova escrita;
 3. Condição de jurado comprovada nos termos do Edital;
 4. Maior idade (na data do final das inscrições no Processo Seletivo).
- 13.5 Os candidatos não classificados dentro do número máximo estabelecido na Tabela 13.1 de Convocação da Prova Prática, ainda que tenham a nota mínima prevista na prova escrita, não serão convocados para a Prova Prática e estarão automaticamente desclassificados no Processo Seletivo.
- 13.6 Para participar da Prova Prática os candidatos deverão comparecer ao local de prova, no dia e horário constantes no Edital de Convocação, munidos de documento de identificação (original e em perfeito estado de conservação), não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas e/ou protocolos.
- 13.7 São considerados documentos de identidade:
1. carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional;
 2. passaporte;
 3. certificado de reservista (com foto);
 4. carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade;
 5. carteira de trabalho; e
 6. carteira nacional de habilitação (com foto).
- 13.8 Caso o candidato apresente o documento em formato digital, só serão aceitos o RG, a carteira nacional de habilitação e o e-título, desde que apresentados nos aplicativos oficiais e com foto.
- 13.9 Não será permitida a entrada no local de prova de candidatos não convocados, ou que chegarem com atraso (não havendo qualquer tolerância) ou que não portarem o documento de identificação.
- 13.10 Não serão considerados os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas etc.) para remarcação ou justificativa de não comparecimento e ou pedido de remarcação da Prova Prática.

- 13.11 Os candidatos não poderão ingressar no local de prova portando armamento, livros, revistas, textos e ou qualquer material escrito e ou digital, bem como relógios digitais, telefones celulares de qualquer tipo, máquinas fotográficas, computadores e ou qualquer equipamento transmissor ou receptor de ondas eletromagnéticas. Caso os tenham em seu poder devem entregar, sem prévio aviso, ao fiscal da FEPESE que guardará o material não permitido por pura liberalidade, exceto qualquer tipo de armamento, não assumindo qualquer responsabilidade por dano que venham a sofrer, acidente, roubo ou extravio. O simples porte, mesmo que não esteja em uso, destes materiais em qualquer das dependências e ou momento da Prova Prática implicará a desclassificação do candidato.
- 13.12 Ao chegarem ao local da prova, após identificação, os candidatos permanecerão em local indicado até serem chamados para a avaliação e dele só poderão sair na companhia de um fiscal de sala. Terminada a prova deverão retirar-se do local e não poderão regressar sob nenhuma alegação.
- 13.13 Serão chamados para prestarem a prova na rigorosa ordem de classificação, não sendo permitidas as presenças de outros candidatos ou de pessoas que não façam parte da equipe da FEPESE. Os candidatos não poderão filmar ou gravar em áudio ou vídeo a sua apresentação.
- 13.14 A Prova Prática terá como objetivo a avaliação do domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais e será avaliada por Banca Examinadora especialista em LIBRAS, devidamente habilitada.
- 13.15 Os candidatos submetidos à Prova Prática, deverão desenvolver duas atividades a seguir descritas:

Atividade 1 – Apresentação

- Apresentação e identificação pessoal do candidato expressa na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Os candidatos não poderão fazer uso de qualquer anotação.
- O tempo de apresentação será de no máximo 5 minutos.

Atividade 2 – Interpretação de um texto em Língua Portuguesa

- Discorrer metodologicamente sobre determinado assunto que pode ser tema dos atendimentos de Libras ou Português como segunda língua:
 - O candidato sorteará um tema de aula já durante a prova prática.
 - O candidato terá até 10 minutos para se preparar para sua argumentação – neste momento o candidato poderá usar rascunho em branco para suas anotações sobre o tema.
 - Concluída a preparação o candidato deverá fazer sua apresentação/argumentação na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), visto que os educandos atendidos serão todos surdos.
 - A apresentação/argumentação deverá conter metodologias, estratégias, práticas e atividades que podem ser usadas em um possível atendimento com a turma de educandos surdos.
 - O tempo de apresentação será de no máximo 10 minutos.
 - A banca será composta por:
 1. um (1) surdo com formação, sendo eles capacitados e experientes em bancas de avaliação.
 2. dois (2) ouvintes com fluência na Libras, sendo eles capacitados e experientes em bancas de avaliação.
- 13.16 O desempenho do candidato em cada uma das atividades será avaliado pelos examinadores que atribuirão notas conforme a tabela abaixo:

Tabela 13.2 Desempenho Prova Prática

Atividade Avaliada	Atingiu Plenamente	Atingiu Parcialmente	Atingiu Minimamente	Não Atingiu
1 Apresentação e identificação pessoal em LIBRAS.	4,00	2,00	1,00	0,00
2 Interpretação simultânea para LIBRAS de um texto em Língua Portuguesa. <i>Apresentação/argumentação deverá conter estratégias, práticas e atividades do tema sorteado.</i>	6,00	3,00	1,00	0,00
Pontuação Máxima	10,00	5,00	2,00	0,00

- 13.17 Serão critérios para julgamento:
1. A fluência na LIBRAS;
 2. O domínio pedagógico e metodológico, além da criatividade para o ensino da Libras e na Libras.

- 13.18 A nota do candidato na Prova Prática será obtida pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores e expressa de 0,00 a 10,00 sem arredondamento.
- 13.19 A Prova Prática será filmada pela Comissão Organizadora, para auxílio na avaliação, mas não será permitida a filmagem pelos candidatos da sua avaliação ou de terceiros.
- 13.20 O candidato que obtiver nota 0,00 na terceira etapa, prova prática, será eliminado do presente Processo Seletivo.
- 13.21 Informações adicionais sobre a Prova Prática constarão do edital específico de convocação.

14 CÁLCULO DA NOTA FINAL, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

Cálculo da Nota Final

- 14.1 A nota final dos candidatos será apurada de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Nota Final} = \text{Nota da Prova Escrita} + \text{Nota da Prova Prática} + \text{Nota da Prova de Títulos e Tempo de Serviço}$$

Classificação

- 14.2 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 casas decimais sem arredondamento.
- 14.3 A classificação será publicada em duas relações:
1. Candidatos inscritos para as vagas reservadas a pessoas com deficiência;
 2. Candidatos inscritos para as vagas de livre concorrência.
- 14.4 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate na classificação, sucessivamente, o candidato que:
1. Possuir maior idade entre os candidatos com mais de 60 anos, completados até o último dia de inscrição do Processo Seletivo, nos termos da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento.
 2. Possuir maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
 3. Possuir maior pontuação nas questões de Conhecimento Gerais;
 4. Possuir maior pontuação na Prova Prática;
 5. A condição de jurado, comprovada nos termos e prazo previstos pelo Edital;
 6. Maior idade completados até o último dia de inscrição.

Resultado Final

- 14.5 O resultado final do Processo Seletivo será publicado por meio de duas listagens:
1. **Lista Geral**, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos para as vagas reservadas, em ordem de classificação;
 2. **Lista de Pessoas com Deficiência**, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação.
- 14.6 Serão divulgados no site do Processo Seletivo:
1. O **resultado preliminar**, na data provável de 31 de janeiro de 2024.
 2. O **resultado final**, na data provável de 8 de fevereiro de 2024.

15 RECURSOS

15.1 Caberão recursos dos seguintes atos do Processo Seletivo:

1. Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição;
2. Não homologação da inscrição;
3. Não homologação dos pedidos de vagas reservadas;
4. Indeferimento dos pedidos de condições especiais;
5. Questões de prova escrita e gabarito provisório;
6. Resultado da Prova Escrita;
7. Nota da Prova de Títulos e Tempo de Serviço;
8. Convocação para a Prova Prática;
9. Resultado da Prova Prática;
10. Resultado Final Preliminar.

15.2 Os recursos deverão ser interpostos **exclusivamente pela internet**, até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação do ato em desfavor do qual deseja o candidato recorrer.

Instruções para interposição de recursos

1. Acessar o site do Processo Seletivo (<https://2023fcee.fepese.org.br>) e clicar no link **Interposição de Recurso**;
2. Preencher online o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva;
3. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas.

15.3 Não serão analisados os recursos:

1. Interpostos por desacordo com as normas estabelecidas no Edital;
2. Entregues por meios não descritos no presente Edital;
3. Entregues após os prazos neste Edital.

15.4 Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.

15.5 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam, mesmo que não tenham interposto recurso.

15.6 No caso de erro na indicação da resposta correta, o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.

15.7 Alterada a pontuação e/ou classificação do candidato, de ofício, ou por força de provimento de recurso, poderá haver alteração da pontuação obtida e/ou da classificação.

15.8 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no site do Processo Seletivo. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na **ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO**. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.

15.9 Não será admitido recurso requerendo, sem fundamentação clara e objetiva, a simples revisão de prova escrita ou majoração da nota atribuída em qualquer das etapas do Processo Seletivo.

15.10 Caso o candidato venha a interpor mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Processo Seletivo, só será analisada a última impugnação recebida.

15.11 Não caberá pedido de revisão, em nível administrativo, da decisão da Comissão Organizadora em recurso interposto pelo candidato.

16 ESCOLHA DE VAGAS

16.1 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de Procuração.

16.2 É vedada a reserva de vaga em qualquer hipótese, exceto no caso de servidora com vínculo ativo e com afastamento de salário maternidade. Para estes casos em específico a reserva de vaga poderá ser solicitada no momento da escolha de forma presencial ou por procuração.

16.2.1 A candidata que solicitar a reserva de vaga e durante o período letivo desistir da mesma, ficará impedida de escolher outra vaga durante o ano letivo em andamento.

16.3 O candidato deverá apresentar no momento da escolha de vaga o documento (em forma física) de comprovação da habilitação mínima exigida de acordo com a disciplina de sua opção de inscrição, conforme item 4.1, sob pena de ser desclassificado.

- 16.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.
- 16.5 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma, ou aquele que não apresentar toda a documentação exigida no item 17.1 para feitura do contrato no prazo de 24 (vinte e quatro horas) será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga durante o ano letivo em andamento. Os casos excepcionais serão objeto de análise da Gerência de Gestão de Pessoas.
- 16.6 O candidato que escolher uma vaga e durante o ano vigente solicitar dispensa para assumir cargo efetivo, em caso de exoneração por decisão judicial, fica impossibilitado de escolher uma nova vaga como professor ACT no ano vigente.
- 16.7 O candidato poderá ou não, escolher a vaga existente no Campus da FCEE e nas Coordenadorias Regionais de Educação/ Supervisões Regionais de Educação na sua totalidade de carga horária, ou seja, poderá escolher vaga de 02 a 32 horas/aulas nas disciplinas de Artes, Educação Física e Informática Educativa e/ou 20 ou 40 horas na disciplina de Educação Especial, não podendo a mesma ser fracionada após a contratação a critério ou opção do candidato, ou seja, redução de carga horária.
- 16.8 No surgimento de novas vagas no decorrer do ano letivo, após a primeira chamada, será oferecida nova vaga aquele professor que já estiver atuando na instituição e na disciplina em que a vaga surgir, desde que inscrito no processo seletivo e que ainda não tenha composto as 40 horas de contratação na disciplina de Educação Especial e 32 horas/aula nas disciplinas de Artes, Educação Física e Informática Educativa.
- 16.9 O candidato que estiver contratado em duas instituições, distintas e desistir ou solicitar dispensa em um deles, fica impedido de solicitar alteração de carga horária no vínculo vigente até o final do ano corrente.
- 16.10 O candidato classificado no processo seletivo, que for contratado em vaga vinculada, poderá ter seu contrato prorrogado enquanto se prorrogar o afastamento do titular da vaga, caso não haja interrupção do afastamento e tiver folha de pagamento no mês vigente, desde que a instituição solicite formalmente a prorrogação.
- 16.11 Os candidatos que não atenderem à convocação (dia e horário) para a escolha de vaga, assim como aqueles que não aceitarem nenhuma das vagas oferecidas, serão eliminados do presente Processo Seletivo.
- 16.12 É vedada a contratação dos candidatos que se enquadrem no disposto no art. 37 §10º da CF/88, ressalvada a hipótese de acumulação de cargos prevista no inciso XVI do mesmo artigo.
- 16.13 O candidato que no dia da posse, ou seja, primeiro dia de trabalho, apresentar atestado médico para afastamento de saúde ou não comparecer na instituição para o exercício da função, perderá o direito à vaga.
- 16.14 A escolha da vaga não garante a admissão do candidato. Uma vez que sua documentação, habilitação e existência da vaga na instituição parceira, deverão ser confirmadas pela GEPES da FCEE para a efetivação da contratação.

1ª Chamada (Escolha de Vagas)

- 16.15 As vagas para 1ª chamada serão divulgadas no site eletrônico da FCEE <https://fcee.sc.gov.br/index.php/institucional/editais/escolha-de-vagas> e afixadas no Campus da FCEE e em parceria com as Coordenadorias Regionais de Educação/Supervisões Regionais de Educação, respectivamente.
- 16.16 A escolha de vagas para a 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada em data a ser divulgada pela FCEE pelo endereço eletrônico <https://fcee.sc.gov.br/index.php/institucional/editais/escolha-de-vagas> e também será divulgado regionalmente em cada Coordenadoria Regional de Educação/Supervisão Regional de Educação e no Campus da FCEE as respectivas vagas. Os locais e horários serão definidos pela FCEE (vagas no campus) e em parceria com as Coordenadorias Regionais de Educação/Supervisão Regional de Educação (vagas nas instituições de Educação Especial parceiras), atendendo a legislação vigente.
- 16.17 Após a 1ª chamada, o candidato deverá num prazo de 24 (vinte e quatro) horas apresentar toda a documentação constante do item 17, junto à Secretaria da Instituição de Educação Especial Parceira/Coordenadoria Regional de Educação/Supervisão Regional de Educação, a qual escolheu a vaga ou na GEPES/FCEE para os candidatos que escolheram vagas para o Campus da FCEE, excetuando-se a apresentação do Atestado Médico Admissional, declarando estar plenamente apto a desempenhar suas funções, que deverá ser apresentado até 30 (trinta) dias antes do 1º dia de efetivo trabalho do ano letivo no mesmo local. Ressalta-se que o Atestado Médico Admissional poderá ter sido emitido com data em até 30 (trinta) dias anteriores ao 1º dia de efetivo trabalho.
- 16.18 Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, no subitem anterior, caracterizar-se-á a desistência e, o mesmo será excluído deste processo seletivo no ano letivo em andamento.
- 16.19 Passado o prazo de 24 horas ficam a FCEE e as Coordenadorias Regionais de Educação/ Supervisões Regionais de Educação autorizadas para dar continuidade à convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação, ficando excluído deste processo seletivo o candidato faltante, no ano vigente.

- 16.20 O candidato que não apresentar o Atestado Médico Admissional, declarando estar plenamente apto a desempenhar suas funções, no momento da admissão será excluído deste processo seletivo e, conseqüentemente a vaga será disponibilizada pela FCEE e pelas Coordenadorias Regionais de Educação/Supervisões Regional de Educação na 2ª chamada.

2ª Chamada (Escolha de Vagas)

- 16.21 As vagas para 2ª chamada serão divulgadas no site (<https://fcee.sc.gov.br/index.php/institucional/editais/escolha-de-vagas>) para exercício no campus e afixadas nas Coordenadorias Regionais de Educação/Supervisões Regionais de Educação para exercício nas Instituições de Educação Especial Conveniadas.
- 16.22 A escolha de vagas para a 2ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação a partir da última ordem de classificação da 1ª chamada e será realizada em data a ser divulgada pelo endereço eletrônico <https://fcee.sc.gov.br/index.php/institucional/editais/escolha-de-vagas>, em cada Coordenadoria Regional de Educação/Supervisão Regional de Educação e no Campus da FCEE. O local e hora será definido pela FCEE (vagas no campus) e pelas Gerências Regionais (vagas nas instituições de Educação Especial conveniadas) - atendendo a legislação vigente.
- 16.23 O candidato terá 24 (vinte e quatro) horas, considerando-se os dias úteis, para apresentar-se na Instituição a qual escolheu a vaga, munido da documentação exigida em Edital no item 17.1, não podendo alegar desconhecimento da mesma.
- 16.24 Caso o candidato escolha uma vaga e não se apresente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas na instituição escolhida, inclusive em posse de toda documentação do item 17, caracterizar-se-á desistência e o mesmo será excluído deste processo seletivo no ano letivo vigente.
- 16.25 Passado o prazo estipulado no item anterior, ficam a FCEE e as Coordenadorias Regionais de Educação/ Supervisões Regionais de Educação autorizadas para dar continuidade à convocação dos demais candidatos, respeitando a seqüência da ordem de classificação, ficando excluído deste processo seletivo o candidato faltante, no ano vigente.
- 16.26 Após a 2ª chamada as vagas serão divulgadas conforme o surgimento das mesmas, pelo site www.fcee.sc.gov.br/index.php/institucional/editais/escolha-de-vagas as vagas do campus e pelas Coordenadorias Regionais de Educação/Supervisões Regionais de Educação as vagas das instituições de Educação Especial conveniadas, dando publicidade das mesmas.
- 16.27 Após a 2ª chamada, no surgimento de vagas durante o ano letivo, a Fundação Catarinense de Educação Especial e as Coordenadorias Regionais de Educação/Supervisões Regionais de Educação poderão realizar novas chamadas para os candidatos inscritos para preenchimento das vagas, conforme autorização emitida pela FCEE, observada sempre a prévia divulgação das mesmas.

17 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A ADMISSÃO

- 17.1 Na admissão o candidato deverá apresentar os documentos listados abaixo:
1. Original e cópia do RG;
 2. Original e cópia do CPF;
 3. Original e cópia do Título de Eleitor, com certidão de quitação eleitoral;
 4. Original e cópia do número de inscrição no PIS/PASEP/NIS (vedada apresentação de NIT);
 5. Original e cópia do Certificado de Reservista;
 6. Original e cópia do comprovante de conta corrente individual – Banco do Brasil;
 7. Original e cópia Comprovante de residência nominal;
 8. Original e cópia do comprovante de habilitação (conforme item 5.1 deste Edital);
 9. Original da Certidão de Antecedentes Criminais de primeiro grau de jurisdição emitida pela da Justiça Estadual ou pelo site quando disponibilizada;
 10. Original da Certidão de Antecedentes Criminais de segundo grau de jurisdição emitida pela da Justiça Estadual ou pelo site quando disponibilizada;
 11. Original da Certidão de Antecedentes Criminais emitido pela Justiça Federal ou pelo site quando disponibilizada;
 12. Original do Atestado Médico Admissional, expedido em, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data de início da admissão;
 13. Declaração de bens e valores (MLR 19);
 14. Declaração de não ter sofrido penalidade no exercício da função pública (MLR 71);

15. Declaração de Acumulação de cargos, empregos e/ou funções (MLR 18);
16. Original da Declaração de Acumulação de Cargos discriminando carga horária e horário de trabalho expedida pelo órgão contratante (somente nos casos em que existir outro vínculo na esfera Municipal, Estadual ou Federal);
17. Comprovação de qualificação E-Social, que poderá ser emitida através do site:

■ <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>.

- 17.2 Os documentos contidos nas letras, m, n e o do item anterior serão preenchidos e assinados na instituição no momento da entrega da documentação.
- 17.3 A não observância dos prazos e inexistência das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos, eliminarão o candidato do processo seletivo no ano vigente, mesmo estando ele já contratado.

18 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

18.1 Delegam-se à FEPESE as seguintes competências:

1. Divulgar amplamente o Processo Seletivo e o presente Edital;
2. Receber as inscrições e respectivos valores;
3. Homologar as inscrições;
4. Analisar os pedidos de isenção;
5. Avaliar os candidatos em todas as etapas previstas no presente edital;
6. Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
7. Prestar informações sobre o Processo Seletivo, no período de realização do mesmo;
8. Publicar o Resultado Final no site do Processo Seletivo.

19 FORO JUDICIAL

19.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital é o da Comarca de São José (SC).

20 DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 20.1 Nossa política de privacidade e proteção de dados pessoais leva em consideração todos os princípios da Lei 13.709/18, em especial aquilo que é relevante para a sua inscrição e posse neste Processo Seletivo com destaque para a transparência e não discriminação, adequação, necessidade e finalidade, livre acesso e qualidade dos dados, segurança e prevenção, responsabilização e prestação de contas.
- 20.2 O tratamento de seus dados pessoais se dará preponderantemente para o cumprimento de contrato celebrado com a FEPESE e sempre que houver alguma outra base legal que implique em novos potenciais usos, você será amplamente informado.
- 20.3 Assim, os seus dados serão coletados mediante fornecimento direto no ato da inscrição (cadastro, fornecimento ou requerimentos diversos perante a FEPESE) e coletados indiretamente através do preenchimento do requerimento de inscrição ou cadastro, emissão de boleto bancário, apresentação de documentos para comprovação de sua identidade, acesso aos sistemas e portal da FEPESE e divulgação de lista de classificados.
- 20.4 Os seus dados pessoais serão utilizados para situações específicas e finalidades pré-determinadas, como o cadastro geral, posse, confirmação de pagamento e fornecimento de informações. Seus dados serão compartilhados com a Secretaria de Educação de Santa Catarina para as quais você realizará o Processo Seletivo, a fim de viabilizar plena divulgação do resultado e convocação para que esta cumpra obrigações legais perante.
- 20.5 Seus dados pessoais também poderão ser compartilhados com parceiros terceirizados (fornecedores ou subcontratados) que tratem os dados pessoais sob a nossa responsabilidade. Neste caso, garantimos que tais empresas cumprirão os mesmos requisitos de conformidade, ética e segurança que a FEPESE. Em decorrência de uma obrigação legal, os seus dados pessoais podem ser compartilhados com autoridades públicas, com a finalidade de cumprir políticas públicas, realização de estudos por órgão de pesquisa, para exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral, para proteção da vida, incolumidade física e para o atendimento a interesses legítimos, respeitados em todos os casos os seus direitos individuais enquanto titular.

- 20.6 Durante o Processo Seletivo e no momento oportuno, você pode ser solicitado a fornecer as seguintes informações, as quais são necessárias para o cumprimento do contrato, realização do exame e pose: nome completo, nacionalidade, estado civil, naturalidade, endereço, telefone, e-mail, gênero, raça, laudo PcD (quando for o caso), data de nascimento, RG, CPF, foto, identificação datiloscópica e responsável legal (quando for o caso).
- 20.7 Todos os dados pessoais cujo tratamento é realizado pela FEPESE serão mantidos em base de dados própria cujo acesso é protegido por login e senha, criptografia e acessível somente aos funcionários com nível de autorização próprio.
- 20.8 Qualquer requisição relativa aos seus direitos enquanto titular de dados pessoais, tais como a confirmação e acesso, correção, anonimização, bloqueio ou eliminação, portabilidade, compartilhamento e oposição, conforme o caso, assim como maiores informações sobre a estruturação da nossa política de tratamento de dados pessoais, prazos de retenção e bases legais poderá ser requerida diretamente para nosso Encarregado de Proteção de Dados Pessoais.

21 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 O Processo Seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2024 podendo ser prorrogado para o ano letivo de 2025 conforme disciplina o art. 4º da Lei nº 16.861 de 28 de dezembro de 2015, mediante expedição portaria pelo Gabinete da Presidência da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE.
- 21.2 A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados.
- 21.3 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado no site do Processo Seletivo.
- 21.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os comunicados e Editais referentes ao Processo Seletivo de que trata este Edital.
- 21.5 O edital, avisos e outras publicações no site do Processo Seletivo e as publicações legais, são as únicas fontes de informações válidas e estarão ao dispor dos candidatos na sede da FEPESE em Florianópolis, respeitado o horário de funcionamento.
- 21.6 As publicações previstas pelo Cronograma de Atividades constante do Anexo 1 do Edital a serem divulgadas no site do Processo Seletivo, poderão ser realizadas até às 23h59min da data provável da atividade.
- 21.7 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do Processo Seletivo, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Processo Seletivo.
- 21.8 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará a sua eliminação do Processo Seletivo.
- 21.9 Será desclassificado em qualquer uma das fases do Processo Seletivo, o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital:
1. Não guardar no local indicado pelos fiscais os materiais de uso e porte proibidos neste Edital, assim como retirá-los do local antes de sua saída definitiva da sala de prova ou sem a permissão e companhia dos fiscais;
 2. Lançar mão de meios ilícitos para a execução de qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
 3. Não preencher ou cumprir qualquer um dos requisitos ou normas exigidos pelo presente Edital;
 4. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
 5. Faltar com respeito ou tratar com descortesia os fiscais, coordenadores, seguranças, membros da Comissão do Processo Seletivo ou da FEPESE;
 6. Negar-se a ser submetido a quaisquer procedimentos previstos neste Edital.
- 21.10 As despesas relativas à participação em todas as fases do Processo Seletivo correrão às expensas do próprio candidato, mesmo que as datas previstas no presente Edital sejam alteradas ou novos exames e provas sejam exigidos.
- 21.11 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer a alteração através do e-mail 2023fcee@fepese.org.br até a data de publicação da homologação do resultado final.
- 21.12 Após a homologação do resultado final, o candidato deverá manter seu endereço e contato atualizados junto a Fundação Catarinense de Educação Especial, por meio do e-mail corporativo ingressoact@fcee.sc.gov.br, sob pena de perda da classificação.
- 21.13 Após publicado o ato ou resultado final de cada etapa do Processo Seletivo, não serão admitidas a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.



















- 21.14 A FEPESE não fornecerá cópias dos documentos apresentados que, depois de protocolados, não poderão ser complementados.
- 21.15 Constatada qualquer irregularidade quanto à veracidade da documentação apresentada, o candidato terá sua inscrição cancelada ou o contrato cessado e os documentos serão encaminhados à comissão instituída pela Fundação Catarinense de Educação Especial, para abertura de processo administrativo.
- 21.16 É vedada a inscrição no Processo Seletivo de membros da Comissão do Processo Seletivo nomeados pela Fundação Catarinense de Educação Especial e de funcionários da FEPESE.
- 21.17 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Processo Seletivo da FEPESE e pela Fundação Catarinense de Educação Especial.

■ Fundação Catarinense de Educação Especial, 27 de novembro de 2023.









ANEXO 1 CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

O Cronograma de atividade do Processo Seletivo poderá ser alterado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional. A alteração poderá ser feita sem aviso prévio, bastando, para todos os efeitos legais, a sua comunicação no site do Processo Seletivo em (<https://2023fcee.fepese.org.br>).




Cronograma de Inscrições

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação do Edital		27/11/23
 Período de inscrições	27/11/23	11/12/23
 Pedidos de isenção da taxa de inscrição	27/11/23	29/11/23
 Pedidos de condições especiais para prestação de prova	27/11/23	11/12/23
 Entrega de documentos exigidos: Prova de Títulos	27/11/23	11/12/23
 Entrega de documentos exigidos: Vagas Reservadas PCD (Pessoas com Deficiência)	27/11/23	11/12/23
 Publicação dos resultados dos pedidos de isenção da taxa de inscrição		05/12/23
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de isenção	06/12/23	07/12/23
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de isenção		08/12/23
 Homologação das inscrições		13/12/23
 Prazo Recursal: homologação das inscrições	14/12/23	15/12/23
 Publicação das respostas aos recursos: homologação das inscrições		19/12/23
 Publicação dos resultados dos pedidos de condições especiais para prestação de prova		13/12/23
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de condições especiais	14/12/23	15/12/23
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de condições especiais		19/12/23
 Publicação dos resultados dos pedidos de vagas reservadas PCD		13/12/23
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de vagas reservadas PCD	14/12/23	15/12/23
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de vagas reservadas PCD		19/12/23








Cronograma Prova Escrita

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação dos locais de prova		19/12/23
 Prova escrita		20/12/23
 Publicação do caderno de provas e gabarito preliminar		20/12/23
 Prazo Recursal: gabarito preliminar	21/12/23	22/12/23
 Publicação das respostas aos recursos: gabarito preliminar		02/01/24
 Publicação do resultado da Prova Escrita		03/01/24
 Prazo Recursal: resultado da Prova Escrita	04/01/24	05/01/24
 Publicação das respostas aos recursos: resultado da Prova Escrita		09/01/24






Cronograma Prova de Títulos

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação dos resultados da prova de títulos (preliminar)		27/12/23
 Prazo Recursal: resultado da prova de títulos	28/12/23	29/12/23
 Publicação das respostas aos recursos: resultados da prova de títulos		09/01/24

Cronograma Prova Prática

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Convocação para a Prova Prática		10/01/24
 Prazo Recursal: convocação para a Prova Prática	11/01/24	12/01/24
 Publicação das respostas aos recursos: convocação para a Prova Prática		16/01/24
 Prova Prática		18/01/24
 Publicação do resultado (preliminar) da Prova Prática		24/01/24
 Prazo Recursal: resultado da Prova Prática	25/01/24	26/01/24
 Publicação das respostas aos recursos do resultado da Prova Prática		30/01/24

Cronograma Resultado Final

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação do resultado (preliminar) do Processo Seletivo		31/01/24
 Prazo Recursal: resultado (preliminar) do Processo Seletivo	01/02/24	02/02/24
 Publicação das respostas aos recursos: resultado (preliminar) do Processo Seletivo		07/02/24
 Publicação do resultado do Processo Seletivo		08/02/24
 Homologação do Processo Seletivo		ASD

ASD = A ser definido

ANEXO 2 PROGRAMAS DAS PROVAS

Importante!

As questões relacionadas à legislação e normas poderão abranger alterações havidas até a data da publicação do Edital. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos programas das provas.



Conhecimentos Gerais

Para todas as funções

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Concepção de Currículo, Aprendizagem e Deficiência. Processo de Inclusão no Ensino Regular. Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina (2021); Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial do Estado de Santa Catarina (2020). Resolução 100/2016/CEE/SC. Lei Federal Nº 13.146 de 06 de julho de 2015; Política de Educação Especial de Santa Catarina. Legislação específica na área de Educação Especial.

Conhecimentos Específicos

Educação Especial – Deficiência Auditiva

Decreto Federal nº 5626/05; Caracterização do serviço de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Auditiva; Atribuições do professor do AEE/DA; Alfabetização e letramento; concepções de aprendizagem, Cultura e identidade surda; Educação bilíngue; Português como segunda língua; Aprendizagem da LIBRAS, Atribuições do Instrutor da LIBRAS, Atribuições do Intérprete da LIBRAS; Atribuições do professor bilíngue; Aquisição de L1 (LIBRAS) por crianças surdas; Língua Portuguesa como segunda língua. Estudos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais; Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez; Tecnologia assistiva na educação de surdos; Contextualização da Acessibilidade e da Tecnologia Assistiva na Educação Especial; Decreto nº 7611/2011. Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.319/2010.

ANEXO 3 ATRIBUIÇÕES

Professor

Além das Atribuições do cargo de professor previstas na Lei Complementar n. 668/2015, são ainda consideradas como atividades compatíveis com o cargo de Professor da FCEE:

- Realizar atendimento aos educandos; realizar avaliação pedagógica inicial para intervenção;
- Utilizar recursos de Tecnologia Assistiva, visando ampliar a habilidade de comunicação através da Comunicação Alternativa e Suplementar;
- Utilizar estratégias condizentes com o perfil cognitivo dos educandos com vistas a ampliação de sua funcionalidade;
- Identificar o nível de apoio necessário para cada educando e propor tarefas que envolvam planejamento e organização, aumentando gradativamente as exigências com a finalidade de ampliar sua autonomia;
- Seguir as diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializados;
- Elaborar e manter atualizado o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) a partir de avaliações psicoeducacionais sistemáticas e processuais;
- Orientar a família sistematicamente quanto às estratégias que possam beneficiar a autonomia e a independência do educando, com o intuito de promover o seu desenvolvimento global;
- Trabalhar sob a perspectiva do ensino colaborativo, com ações articuladas com a rede regular de ensino e CAESPs;
- Elaborar planejamentos e registros sistemáticos dos educandos; Realizar assessorias e docências na sua área de atuação;
- Compor equipes multidisciplinares;
- Participar de grupos de estudos sistematicamente;
- Desenvolver pesquisas e produções técnicas que possibilitem a qualificação do atendimento pedagógico;
- Colaborar com as orientações do Responsável Pelo Apoio Pedagógico/Orientador Pedagógico;
- Atender o educando nas Atividades de Vida Diária – AVDs (higiene e alimentação);
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

ANEXO 4 ÁREAS DE CONHECIMENTO

- Administração de Sistemas Educacionais
- Administração de Unidades Educativas
- Administração Educacional
- Antropologia Educacional
- Aval. de Sistemas, Inst. Planos e Programas Educacionais
- Avaliação da Aprendizagem
- Currículo
- Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação
- Economia da Educação
- Educação
- Educação de Adultos
- Educação em Periferias Urbanas
- Educação Especial
- Educação Permanente
- Educação Pré-Escolar
- Educação Rural
- Ensino Profissionalizante
- Ensino-Aprendizagem
- Filosofia da Educação
- Fundamentos da Educação
- História da Educação
- Métodos e Técnicas de Ensino
- Orientação e Aconselhamento
- Orientação Educacional
- Orientação Vocacional
- Planejamento e Avaliação Educacional
- Planejamento Educacional
- Política Educacional
- Psicologia Educacional
- Sociologia da Educação
- Tecnologia Educacional
- Teoria Geral de Planejamento e Desen. Curricular
- Teorias da Instrução
- Tópicos Específicos de Educação

Fonte: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>